



Renan pede nomes para CPI mista e exclusiva da Petrobras

Presidente do Congresso aplica decisão do STF para encaminhar investigação limitada à estatal

A decisão de Renan Calheiros de instalar a CPI exclusiva da Petrobras com participação de senadores e deputados foi anunciada ontem em sessão do Congresso Nacional, quando também foi lido requerimento para criação de outra CPI mista para investigar irregularidades em obras e serviços dos metrô de São Paulo e do Distrito Federal. **12**



Moreira Matiz/Agência Senado

Na sessão do Congresso que decidiu sobre a CPI, Renan Calheiros afirma que a investigação do Legislativo é boa para a democracia e amplia a transparência

Governador e prefeito poderão responder por falhas no SUS 7

Servidores de Amapá e Roraima deverão passar para a União 8

Projeto aumenta salário de juiz que acumular trabalho 9

Aprovado acordo com Polônia para combater crime organizado 10

Avançam novas regras para a criação de municípios 2

Gerardo Menezes/Agência Senado



Vital, Paim, deputado Luiz Alberto, Sarney e Anibal comemoram aprovação

Cota para negro em concurso público passa em comissão

Proposta estabelece que 20% das vagas dos concursos federais devem ser reservadas para candidatos

que se declararem negros ou pardos. Texto agora será votado pelo Plenário em regime de urgência. **11**



Jefferson Bernades/Palácio Piatini

Medida ajudará a resolver problemas como a queda da ponte sobre o Rio Jacuí, no Rio Grande do Sul, em 2010

Socorro a desastres naturais será agilizado

Segue para sanção projeto que facilita a transferência de recursos da União para ações de prevenção e de recuperação das

regiões atingidas por calamidades. Uso do Regime Diferenciado de Contratações Públicas foi criticado pela oposição. **5**

quintas Femininas

Atividade das parceiras tradicionais

Abertura: Deputada Janete Capiberibe

Palestrantes:

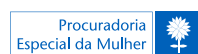
Professora Dra. Silvéria Santos – UNB
Representante do Ministério da Saúde
Maria Luiza Dias – Presidente da Rede Estadual das Parceiras do Amapá
Representante das Doulas

Data: 8 de maio de 2014

Horário: 10h

Local: Comissão de Direitos Humanos, Plenário 2 da Ala Nilo Coelho – Senado Federal

Mais informações: 3303-1710/1713 | Participação pelo site : www.senado.leg.br/ecidadania | Alô Senado: 0800 61 22 11



Secom – Criação e Marketing

Senado aprova regras para a criação de municípios

Projeto foi negociado com o Palácio do Planalto, que havia vetado no ano passado uma proposta semelhante. Para valer, novas regras precisam agora ser aprovadas pela Câmara dos Deputados

POR 51 VOTOS a 2, o Plenário aprovou ontem o texto principal do projeto de lei que estabelece normas para criação, incorporação, fusão e desmembramento de municípios (PLS 104/2014 — Complementar). Os senadores ainda farão três votações nominais de emendas apresentadas à proposta na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) e no Plenário. A conclusão da votação deve ocorrer na próxima semana.

O projeto foi apresentado por Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) como opção a proposta anterior integralmente vetada pela presidente Dilma Rousseff (PLS 98/2002 — Complementar).

O relator, Valdir Raupp

(PMDB-RO), disse ter acolhido uma emenda que prevê o tamanho mínimo dos novos municípios. Eles deverão ter área não inferior a 200 quilômetros quadrados nas Regiões Norte e Centro-Oeste e 100 quilômetros quadrados nas Regiões Nordeste, Sul e Sudeste.

O texto também estabelece números mínimos de habitantes para os novos municípios, de 6 mil a 20 mil, de acordo com a região.

Raupp acolheu uma emenda que convalida plebiscitos para criação, fusão, incorporação e desmembramento de cidades feitos até 31 de dezembro de 2013, assim como os atos legislativos autorizativos para realização de plebiscitos que

tenham sido expedidos pelas assembleias legislativas e publicados até aquela data — desde que atendidos os requisitos estabelecidos na legislação do estado na época da criação.

— Trabalhamos para encontrar um texto que atendesse o anseio daquelas populações que querem se emancipar, fazer fusão de municípios ou incorporações — afirmou Mozarildo.

Vital do Rêgo (PMDB-PB) disse que o projeto é fruto de grande entendimento obtido pela Câmara. Ele afirmou que Mozarildo e Raupp tiveram a sensibilidade de negociar com o Planalto pontos da proposta.

O projeto deve passar pela Câmara dos Deputados.

ADIAMENTO

Por motivos técnicos, os pronunciamentos de senadores realizados no Plenário após a ordem do dia de ontem serão publicados na próxima edição do **Jornal do Senado**.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



PLENÁRIO Medida provisória sobre licitações

14h A pauta continua trancada pela MP 630/2013, modificada na forma do PLV 1/2014, que estende o Regime Diferenciado de Contratações Públicas (RDC) para todas as licitações.

PRESIDÊNCIA Reunião da Mesa

11h O senador Renan Calheiros participa de reunião da Mesa. Às 16h, preside a ordem do dia da sessão plenária.

CRA/CRE Disputa com os Estados Unidos sobre algodão

8h Audiência pública das Comissões de Agricultura e de Relações Exteriores para debater o contencioso do algodão entre Brasil e Estados Unidos. Participam o ministro das Relações Exteriores, Luiz Alberto Figueiredo; do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Mauro Borges Lemos; da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Neri Geller; e o presidente da Associação Brasileira dos Produtores de Algodão, Gilson Ferrúcio Pinesso.

CRE Agenda do Mercosul

10h O ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Mauro Borges Lemos, participa de audiência pública da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional sobre a agenda do Mercosul para este ano.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>



Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>



RÁDIO SENADO

A Rádio Senado transmite, a partir das **8h**, audiência pública conjunta das **Comissões de Agricultura e Reforma Agrária** e de **Relações Exteriores e Defesa Nacional**; às **10h**, audiência pública da **Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional**. E, às **14h**, transmissão da **sessão plenária**. A Rádio Senado pode ser acompanhada ao vivo pela internet: www.senado.leg.br/radio

TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das **10h**, segundo o Regimento Interno e o Ato 21/2009 da Comissão Diretora, audiência da **Comissão de Relações Exteriores**. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.



Observado pelo diretor da Secom, Davi Emerich, senador Antonio Carlos Valadares fala na CDR sobre o novo programa

Município Brasil estreia sábado na TV Senado

Foi lançado ontem na Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) o programa *Município Brasil*, nova atração da TV Senado, que estreia sábado. O programa vai ar no segundo sábado de cada mês, mostrando a repercussão de assuntos locais no Congresso e os impactos das decisões do Legislativo no dia a dia dos cidadãos.

Com linguagem informal, o programa apresentará, em 30 minutos, notícias, projetos, debates, serviços e um pouco da história dos 5.570 municípios brasileiros. Entre os destaques, estão o quadro “Fique por dentro”, que vai apresentar sugestões de como o cidadão pode fiscalizar o trabalho dos gestores. Os prefeitos receberão dicas de um especialista para manter as contas em dia.

O programa vai mostrar como as decisões do Legislativo impactam a vida dos brasileiros, visando à melhoria dos serviços. A nação só pode ser forte com municípios fortes — disse o presidente da CDR, Antonio Carlos Valadares (PSB-SE).

Valadares parabenizou a Secretaria de Comunicação Social do Senado (Secom) e os servidores e funcionários que fazem parte do projeto.

O diretor da Secom, Davi Emerich, afirmou que *Município Brasil* preenche uma lacuna na programação.

— O município é um dos tripés do Senado, que cuida das unidades da Federação, e cada vez vemos mais mobilizações de prefeitos e vereadores em Brasília — disse Emerich.

Apoio

Ele destacou o apoio do presidente do Senado, Renan Calheiros, de Valadares, de Ana Amélia (PP-RS) e demais parlamentares à iniciativa da Secom. Emerich também elogiou o empenho do coordenador da TV Senado, Aluizio Oliveira, e de toda a equipe.

A senadora Ana Amélia ressaltou a importância da TV Senado, que, segundo ela, cumpre papel fundamental ao transmitir para os cidadãos o que acontece na Casa, sem “contaminação”.

— A TV Senado transmite aquilo que estamos dizendo e debatendo com pureza de informação. Esse programa vai dar voz e vez aos municípios brasileiros — avaliou.

Para Lúcia Vânia (PSDB-GO), o novo programa valoriza o trabalho do Senado. Lídice da Mata (PSB-BA), Ruben Figueiró (PSDB-MS), Inácio Arruda (PCdoB-CE) e Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) também parabenizaram a iniciativa.

— Temos que fortalecer a TV Senado como um instrumento de democracia — afirmou Rollemberg.

COMO ASSISTIR

► **Dia e horário:** Sábado (10), às 20h30, com reprise domingo (11), às 8h30 e às 16h.

► **Para sintonizar:** A TV Senado está disponível na TV aberta em sinal analógico e digital, na TV por assinatura e por satélite (antena parabólica). Os canais dependem de cada cidade (veja em <http://bit.ly/sintonizarTV>).

► **Pela internet:** O programa também está disponível na internet às terças-feiras (<http://bit.ly/municipioBrasil>) e na página da TV Senado no YouTube (www.youtube.com/TVSenadoOficial).

Autor do projeto disse que o município paraense conta com forte atividade industrial, mão de obra qualificada e infraestrutura e que incentivos ajudarão a aproveitar todo o potencial econômico

Avança criação de zona de exportação em Foz do Iguaçu

A CRIAÇÃO DE uma zona de processamento de exportação (ZPE) em Foz do Iguaçu, no Paraná, recebeu ontem o apoio da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR). O colegiado aprovou o Projeto de Lei do Senado 64/2014, que segue agora para análise da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

ZPEs são distritos industriais incentivados, onde as empresas neles localizadas operam com suspensão de impostos, liberdade cambial (podem manter no exterior, permanentemente, as divisas obtidas com as exportações) e procedimentos administrativos simplificados — com a condição de destinarem pelo menos 80% da produção ao mercado externo.

O autor do projeto, Alvaro Dias (PSDB-PR), explicou que Foz do Iguaçu conta com forte atividade industrial, em que despontam os setores de produtos alimentícios, minerais não metálicos, tecidos e calçados, mas ainda carece

de incentivos para aproveitar todo o potencial econômico. Além disso, a região também possuiria mão de obra qualificada, infraestrutura básica para instalação de novas indústrias e fluxo de matéria-prima e produtos.

O texto recebeu parecer favorável da relatora, Ana Amélia (PP-RS).

— O projeto deve ser entendido como uma sugestão, ou indicação, ao Poder Executivo, que tem a competência legal para criar ZPE por meio de decreto. Portanto, creio ser possível a criação de uma ZPE em Foz do Iguaçu, o que deverá contribuir para o desenvolvimento daquele município e da sua região de influência — apoiou a senadora.

Bico do Papagaio

Também foi aprovada ontem pela CDR proposta de criação da Região Integrada de Desenvolvimento do Bico do Papagaio (RIBP), abrangendo 66 municípios do Maranhão, Tocantins e Pará.

A Região Integrada de Desenvolvimento Econômico (Ride) consta do Projeto de Lei do Senado 469/2013 — Complementar, de autoria de Vicentinho Alves (SD-TO). O projeto segue agora para análise da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

O texto estabelece que a RIBP será constituída por 16 municípios maranhenses, 25 paraenses e 25 do Tocantins, distribuídos em oito micror-regiões, com população de 1,7 milhão de habitantes.

O projeto também institui o Programa Especial de Desenvolvimento da Região do Bico do Papagaio, com ações de apoio às atividades produtivas, meio ambiente, turismo, infraestrutura e geração de empregos.

A relatora na comissão, Lúcia Vânia (PSDB-GO), deu parecer favorável à aprovação.

— Esse projeto é importante e vai favorecer um trabalho integrado entre estados, municípios e União — assinalou a senadora.



Projeto de Lúcia Vânia permite uso de recursos na infraestrutura da região

Uso de verbas do Fundo do Centro-Oeste poderá ser flexibilizado

A Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo aprovou ontem o PLS 32/2014 — Complementar, de Lúcia Vânia (PSDB-GO), que flexibiliza a aplicação de recursos do Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste (FDCO). O objetivo é que, além da destinação tradicional de recursos para a concessão de empréstimos, seja permitida o uso de parte dos recursos em projetos de infraestrutura e serviços públicos.

O texto, que altera a Lei Complementar 129/2009, por meio da qual se estabeleceu a Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (Sudeco), vai para a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). Conforme o projeto, caberá à Sudeco analisar e aprovar os projetos

de investimento que, em caso de comprovada viabilidade econômica e financeira, receberão recursos do FDCO.

— Nossa proposta é que seja alocada para a aplicação a fundo perdido apenas uma parcela dos recursos disponíveis do FDCO em cada exercício, mantendo a maior parte das disponibilidades para a concessão de empréstimos. Como a nossa região ainda demanda infraestrutura em áreas mais pobres, é preciso que haja intervenção do estado — justificou Lúcia Vânia.

O relator, Rodrigo Rollemberg (PSB-DF), manifestou apoio ao projeto e afirmou:

— A nova linha de procedimento exigirá a definição de rigorosos critérios de seleção das iniciativas a serem apoiadas.

Faltam políticas para reduzir conflitos no campo, diz Valadares

Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) apresentou relatório de 2013 da Comissão Pastoral da Terra sobre os conflitos no campo: nos últimos dez anos, 3.338 pessoas foram mortas em conflitos no campo e mais de 2 mil foram ameaçadas de morte. Para o senador, a violência é resultado da falta de políticas públicas para as comunidades rurais.

No ano passado, foram 34 homicídios, sendo 15

de índios. Hoje há mais de 240 pessoas ameaçadas de morte nas áreas rurais. O documento revela ainda disputas de território, despejos violentos, trabalho escravo e aliciamento de trabalhadores.

Para o senador, é preciso primeiro compreender a dinâmica dos povos tradicionais do campo.

— O país perceberá a importância de investir na reforma agrária e no acesso à terra.



Foz do Iguaçu poderá receber os incentivos de uma zona de processamento de exportação para aproveitar o potencial econômico

Comissão aprova prorrogação de subvenção a canavieiros

A continuidade, por mais um ano, do pagamento pelo governo de subvenção aos produtores de cana-de-açúcar e de etanol do Nordeste, afetados pela seca na região, foi incorporada ao relatório final da Medida Provisória 635/2013. Também os produtores independentes de cana do Rio de Janeiro serão beneficiados com a mudança.

As emendas constam do relatório apresentado ontem pelo deputado Givaldo Carimbão (PROS-AL) à comissão que analisa a matéria. A votação do texto modificado, na forma de projeto de lei de conversão, foi adiada para a próxima semana depois de um pedido de vista do deputado

Manoel Junior (PMDB-PB).

O relator incorporou ao texto da MP reivindicação dos produtores de cana e etanol, apresentada à comissão em audiência pública no início de abril, pela manutenção por mais um ano da subvenção paga pelo governo.

Nos últimos quatro anos, o governo federal tem repassado R\$ 12 por tonelada de cana-de-açúcar colhida e R\$ 0,40 por litro de etanol produzido a fim de compensar os prejuízos provocados pela estiagem, principalmente no semiárido nordestino.

A ajuda, entretanto, não seria paga mais na safra 2012-2013. Carimbão atendeu o pedido dos produtores e, em acordo

com o Executivo, incorporou a medida ao texto da MP 635.

— Acredito que é mais do que justo esse pleito dos produtores. Se houve uma seca no Nordeste nos últimos anos, foi a de 2012. Construímos uma conversa com o governo e

incorporamos a emenda ao projeto — explicou o relator.

Outra emenda acatada no relatório prevê a aplicação de alíquota zero de PIS-Pasep e de Cofins sobre os valores efetivamente recebidos a título da subvenção e dispensa a

comprovação de regularidade fiscal para o recebimento.

— É com satisfação que vejo a incorporação dessas emendas à medida provisória. Estamos estimulando e subsidiando o emprego em áreas carentes e sem alternativa econômica — elogiou Armando Monteiro (PTB-PE).

De acordo com dados do setor, cerca de 650 mil empregos diretos e indiretos estão ligados à produção de cana e de etanol no semiárido nordestino.

O presidente da comissão, Walter Pinheiro (PT-BA), marcou para as 15h de terça-feira a discussão e a votação do relatório.



Votação do relatório de Carimbão foi marcada por Pinheiro para terça-feira

Licenciamento ambiental precisa de regras mais claras, dizem especialistas

Debate ontem na Comissão de Infraestrutura abordou os entraves que as exigências de licenciamento ambiental trazem a obras públicas

O PROCESSO DE licenciamento ambiental tem sido um dos grandes entraves para as obras de infraestrutura do país e precisa de regras mais claras, segundo especialistas que participaram ontem de audiência pública na Comissão de Infraestrutura (CI). A audiência, requerida pelo presidente da comissão, Fernando Collor (PTB-AL), tratou do excesso de burocracia e de exigências de licenciamento ambiental, além da paralisação de obras públicas devido ao rigor da fiscalização.

O consultor legislativo do Senado Ivan Dutra Faria enumerou as grandes dificuldades do processo de licenciamento ambiental. Entre elas, está a questão da previsão de impactos, que, segundo ele, não é uma ciência exata.

— Fala-se, por exemplo, de um impacto como se fosse sempre uma coisa negativa. Isso não é verdade. O impacto pode existir em torno de um

determinado empreendimento e trazer coisas bastante positivas à região — afirmou Faria.

Outra questão citada pelo consultor foi a judicialização excessiva do processo, o que se deve, em parte, à fragilidade normativa das resoluções do Conselho Nacional de Meio Ambiente (Conama) e aos vícios e conflitos legislativos. O fato de os estudos ambientais serem feitos por uma equipe independente e contratada pelo empreendedor também é, na visão de Faria, um problema.

— É muita ingenuidade você esperar que uma empresa contratada e paga pelo empreendedor vá chegar ao final do processo e dizer que não dá para fazer. Não é isso o que acontece. É um erro de fundamento — explicou.

Thomaz Toledo, diretor do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), afirmou que, atualmente,

tramitam no órgão cerca de 1,8 mil processos de licenciamento. Segundo Toledo, a equipe é formada por 450 analistas ambientais e é muito qualificada, mas há a dificuldade de se criarem procedimentos mais objetivos devido à diversidade da carteira de projetos.

Toledo disse ainda que, a partir de 1988, com a obrigação de se considerarem as questões sociais na análise do impacto ambiental de empreendimentos, o processo ficou ainda mais problemático. Para o diretor, o desafio é definir melhor as competências de cada instituição que atua no processo de licenciamento ambiental e reduzir a carteira do Ibama para o órgão cuidar dos processos mais complexos.

O gerente-executivo de Meio Ambiente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Shelley Carneiro, disse que uma pesquisa da instituição feita com a indústria em todos

os estados mostrou críticas enormes ao licenciamento ambiental. O excesso de burocracia, a incerteza jurídica, a discricionariedade na análise dos projetos e a falta de padrão estão entre as principais reclamações do setor quanto ao processo.

— Nós fizemos um levantamento no Brasil só sobre leis nos estados e leis federais. No Brasil inteiro nós temos 27 mil legislações. Vocês podem imaginar como entender e interpretar 27 mil leis existentes no Brasil todo sobre a parte de meio ambiente — afirmou.

Carneiro disse que um grupo de estudos da CNI envolvendo todos os estados elaborou uma proposta com 21 diretrizes para melhorar o processo de licenciamento.

Paralisações

Respondendo a questionamentos de Jayme Campos (DEM-MT) e Wilder Moraes (DEM-GO), o representante do Tribunal de Contas da União (TCU), José Ulisses Vasconcelos, afirmou que apenas duas obras no país estão paralisadas por recomendação do tribunal.

Segundo Vasconcelos, a maioria dos gestores de obras paralisadas não informa ao TCU o motivo da suspensão do trabalho. O convidado destacou a necessidade de criar um cadastro de obras públicas com recursos federais para centralizar o controle das informações. Ele citou o PLS 434/2009, que tramita atualmente no Senado e determina a criação desse cadastro.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Cidinho celebra regularização de cadastro rural

Cidinho Santos (PR-MT) comemorou a publicação do Decreto 8.235/2014, que regulamenta o Programa de Regularização Ambiental (PRA) e institui o Cadastro Ambiental Rural.

Ele alertou os produtores rurais para o prazo de um ano definido na norma legal para que as propriedades sejam regularizadas conforme prevê o Código Florestal, aprovado há dois anos pelo Congresso Nacional.

Segundo o senador, os produtores multados deverão procurar as secretarias de Meio Ambiente para se inscrever.

Ele advertiu, no entanto, que a multa será cobrada se o produtor não cumprir o compromisso.

— O Cadastro Ambiental Rural será uma ferramenta fundamental para que seja formada uma nova imagem da situação ambiental do Brasil — ressaltou.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Kátia Abreu relata pedidos para facilitar crédito a agricultor

Kátia Abreu (PMDB-TO) registrou a entrega por representantes dos produtores rurais esta semana à presidente Dilma Rousseff de reivindicações dos agropecuaristas para o Plano Agrícola 2014-2015.

Ela explicou que, além de propostas relativas ao financiamento da safra, prazos, juros e carência dos empréstimos rurais, foram apresentadas sugestões para reduzir a burocracia, a seu ver responsável por atraso no plantio e encarecimento da atividade agrícola.

Outra reivindicação dos produtores é o fim da exigência de reciprocidade feita pelos bancos. Ela explicou que o produtor, quando pede empréstimo para plantar, dá a propriedade como garantia, paga juros, corre risco e o banco ainda exige que ele faça seguro de vida, compre títulos de capitalização e outros serviços.



Wilder Moraes (C) preside a audiência pública para discutir a burocracia e o excesso de exigências de licenciamento ambiental

Avança benefício a transporte municipal

A Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) aprovou ontem um projeto que reduz a zero as alíquotas da contribuição social para o PIS-Pasep e da Cofins sobre as receitas do transporte que liga municípios pertencentes a aglomerações urbanas e regiões integradas de desenvolvimento econômico (Rides). A matéria vai para a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Atualmente, tal benefício está previsto somente para o transporte coletivo municipal e metropolitano, conforme a Lei 12.860/2013, aprovada pelo Congresso depois de protestos de rua ocorridos em junho do ano passado.

O autor do PLS 440/2013, Acir Gurgacz (PDT-RO), estima em 1.291 os municípios com transporte público coletivo de

passageiros de caráter urbano que ficaram à margem da Lei 12.860. Como exemplo, cita os pertencentes à Ride Distrito Federal, formada por Brasília e cidades vizinhas em Minas Gerais e Goiás.

— Na situação atual, serviços de transporte coletivo entre municípios contíguos, como Teresina (PI) e Timon (MA) ou Cabo Frio (RJ) e Búzios (RJ), não fazem jus ao tratamento tributário mais favorável — argumentou.

O relator, Ciro Nogueira (PP-PI), mostrou-se favorável à proposta e ressaltou que não há a criação de um novo benefício fiscal, mas apenas a ampliação de um já existente.

Dnit

A comissão concedeu vista coletiva dos relatórios refe-

rentes a duas indicações para diretorias do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit). Valter Casimiro Silveira e Adeilton Cardoso Dias são indicados, respectivamente, para as diretorias de Infraestrutura Aquaviária e de Planejamento.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Acir Gurgacz, autor do projeto que amplia benefício a transporte

Vai a sanção a MP de socorro a calamidades

Senado aprova facilitação de repasses federais para ações de prevenção e de recuperação das regiões atingidas por enchentes, secas e outros desastres naturais

O SENADO APROVOU ontem a medida provisória que facilita a transferência de recursos da União para ações de prevenção em áreas de risco de desastres naturais e para a recuperação das regiões atingidas por enchentes, secas e outras calamidades (MP 631/2013). O texto, convertido no PLV 3/2014, segue para sanção.

O governo federal editou a MP no final de 2013, logo após enchentes em Minas Gerais e no Espírito Santo. Ela permite à União repassar o dinheiro por meio de depósito em conta corrente específica para esse fim ou transferir verbas do Fundo Nacional para Calamidades Públicas, Proteção e Defesa Civil (Funcap) a fundos constituídos pelos estados, Distrito Federal e municípios.

A relatora da MP, Lídice da Mata (PSB-BA), votou pela aprovação, dizendo que desastres como o do verão de 2011 na Região Serrana do Rio de Janeiro, quando deslizamentos e enchentes mataram cerca de mil pessoas, reforçam o caráter de prioridade dos repasses no âmbito das políticas públicas.

— A medida provisória, com os aprimoramentos recebidos na Câmara, é um poderoso instrumento público para resistência, tanto preventiva quanto corretiva, dos assentamentos populacionais e empreendimentos econômicos aos desastres naturais decorrentes ou não da atividade humana — disse a senadora.

Lídice citou pesquisa do Banco Mundial e das Nações Unidas para informar que desastres naturais mataram 3,3 milhões de pessoas nos últimos 40 anos e geraram



Um dos cinco estados que mais registram calamidade pública no país, Santa Catarina vai ser beneficiada com a medida

custo de US\$ 185 bilhões por ano. No Brasil, os cinco estados que mais registram calamidade pública são Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Santa Catarina, Bahia e Piauí.

O texto atualiza a Lei 12.340/2010 e apresenta soluções de gestão. As principais alterações são: tipificar os recursos de prevenção como transferência obrigatória, não mais como voluntária; implantar o sistema de repasses de recursos por meio do sistema de fundo a fundo; e permitir para essas obras a aplicação do Regime Diferenciado de Contratações Públicas (RDC), que simplifica prazos e procedimentos nas licitações.

A adoção do RDC foi criticada pela oposição. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) tentou retirar essa previsão do texto.

— É a pomada-maravilha proposta pelo governo para o mal insanável da sua incompetência. Já tivemos RDC para Copa, hospitais, escolas, mobilidade urbana e do PAC.

E agora cogita-se estendê-lo para tudo. Como se a exigência de projeto prévio à licitação fosse obstáculo à conclusão da obra. Pelo contrário, isso é a garantia para a boa execução. O RDC não deu os resultados esperados — afirmou.

O líder do governo no Senado, Eduardo Braga (PMDB-AM), disse que o RDC permite chegar ao beneficiado sem que tenha dispensa de licitação.

— Hoje, diante da calamidade, não acontece nenhum tipo de processo licitatório.

O RDC é um avanço, porque estabelecerá um processo rápido e eficiente. Caso isso não seja feito, a indústria da emergência continuará existindo — alegou.

O PSDB anunciou que votaria a favor da MP pela importância para o povo, mas protestou contra a falta de gerenciamento dos recursos. Aloysio observou que nos três primeiros anos do governo Dilma, apenas 10% dos valores destinados à contenção de encostas foram pagos. Em

obras de drenagem e manejo de águas pluviais, disse, pouco mais de R\$ 1,2 bilhão dos R\$ 10 bilhões foram pagos.

— Vou votar a favor, mas espero que desta vez as coisas aconteçam. Que isso seja bem executado, que corresponda a projetos benfeitos. E o governo trate de estabelecer um diálogo mais efetivo com estados e municípios.

Paulo Bauer (PSDB-SC) disse que a MP tem o mesmo assunto das MPs 635/2014 e 645/2014, que estão na fila de análise do Congresso, e de outras duas já aprovadas: as MPs 587 e 565, ambas de 2012.

— A imagem de gestão competente do governo vem caindo. A Presidência edita medidas provisórias em profusão, uma desdiz a outra.

Bauer pediu que a MP 645/2014 faça justiça aos produtores rurais do Sul, que sofreram a seca e não receberam linhas de crédito emergenciais. Braga respondeu que esses agricultores já são abrangidos pelo Garantia-Safra e a situação deles difere da dos agricultores de subsistência do semiárido nordestino ou da Amazônia.

Governo deve seguir planos de trabalho

A MP determina que a União deve “definir as diretrizes e aprovar os planos de trabalho de ações de prevenção em áreas de risco e de recuperação em áreas atingidas por desastres”. Dispõe ainda que o governo deve fazer o repasse segundo planos de trabalho aprovados e fiscalizar o uso dos recursos.

Os beneficiados com as verbas têm que se comprometer a fazer as obras ou ações necessárias previstas nos planos de trabalho, “independentemente de novos repasses de recursos pela União”. Devem também prestar contas aos órgãos competentes de todas as providências tomadas.

O relatório aprovado pela comissão mista que analisou a proposta e pelo Senado também inova ao autorizar o governo federal a repassar recursos para socorro e assistência às vítimas antes mesmo do processo de reconhecimento da situação de emergência ou do estado de calamidade pública.

Walter Pinheiro articula acordo entre Chesf e empresas do Nordeste

Walter Pinheiro (PT-BA) anunciou em pronunciamento ontem que está articulando duas emendas à MP 641/2014 para pôr fim à insegurança operacional de várias empresas instaladas na Região Nordeste, mais precisamente na Bahia, em Pernambuco e em Alagoas. Segundo ele, as empresas pretendem ampliar a produção, mas precisam garantir o suprimento de energia elétrica.

A proposta é regulamentar a comercialização de energia elétrica entre a Companhia Hidrelétrica do São Francisco (Chesf) e as empresas, diante da iminência do término dos contratos de fornecimento de energia desses consumidores, em 30 de junho de 2015.

Pinheiro informou que também estão sendo feitas articulações junto aos governos estaduais e federal.

— Ontem [terça-feira], nós nos reunimos com os representantes do setor e traçamos linhas de atuação. A primeira delas é o diálogo com os ministros da área — alertou o senador.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Humberto reage a críticas e diz que PSDB não entende de Bolsa Família

O líder do PT no Senado, Humberto Costa (PE), repudiou as críticas do PSDB à decisão do governo de corrigir em 4,5% a tabela do Imposto de Renda e reajustar os benefícios do Programa Bolsa Família em 10%.

O senador disse que, nos oito anos em que esteve no poder, o partido não fez reajuste na tabela do Imposto de Renda. Afirmou também que o PSDB “não entende de Bolsa Família”. Humberto disse que talvez isso explique por que os tucanos estão perseguindo a presidente Dilma Rousseff com o argumento de que ela faz campanha eleitoral antecipada.

O senador comparou os governos do PSDB e do PT e disse que os resultados da gestão petista são melhores em todas as áreas, como no crescimento econômico, no aumento do salário mínimo e no nível de renda e emprego da população.

— É esta a escolha que teremos que fazer: entre ficar com o Brasil que muda e que se desenvolve com inclusão social e com o Brasil do passado, do atraso social e da pobreza.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Segundo Paim, Dilma acerta ao manter política para salário mínimo

Segundo Paulo Paim (PT-RS), foi importante a presidente Dilma Rousseff ter afirmado, no pronunciamento no Dia do Trabalho, que vai manter a política de reajuste do salário mínimo. Ele explicou que essa política garante ao salário mínimo um reajuste anual pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) mais o crescimento do produto interno bruto (PIB) dos dois anos anteriores.

Paim criticou os que são contrários a essa política: — Sei que há um movimento muito bem orquestrado para acabar com a política que tirou o mínimo de US\$ 60 e levou para US\$ 350. É a política que deu mais certo, de inflação mais PIB. Eu só lamento que ainda não tenha sido estendida a aposentados e pensionistas.

O senador também comemorou a aprovação, pela Câmara, de pedido de urgência para votação dos projetos que estendem a validade da política do salário mínimo até 2019. Ele espera que essa prorrogação seja aprovada pelos deputados e chegue logo ao Senado.



Moreira Mantz/Agência Senado

Debatedores sugerem como melhorar educação pública

Em audiência, convidados discutiram propostas como a criação de uma carreira de magistério capaz de atrair novos profissionais, a federalização do ensino e o apoio a municípios para aumentar eficiência dos gastos

DEBATEDORES PRESENTES EM audiência pública na comissão especial para o financiamento da educação criticaram ontem o atual sistema de ensino e apresentaram soluções que viabilizariam os recursos necessários para que o país tenha uma educação de qualidade.

Cristovam Buarque (PDT-DF) defendeu a federalização da educação, ressaltando que manter a educação pública nas mãos das prefeituras é condenar o Brasil à desigualdade. Ele afirmou que a implantação da proposta levaria pelo menos 20 anos e custaria cerca de R\$ 9.500 por ano por aluno.

O senador citou gastos do governo brasileiro que, se fossem contidos, poderiam financiar esse novo modelo educacional. Entre eles, estão os gastos com propaganda, os gastos com subsídios para o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) financiar projetos com títulos do Tesouro Nacional e os gastos com isenções fiscais concedidas para automóveis e outros produtos.

— É óbvio que para tirar dinheiro daqui o povo vai ter que se sacrificar e o empresário também, mas a pergunta é: A gente quer ou não fazer a revolução educacional? Se não quer, deixa como está, mas que o país tem o dinheiro, tem — afirmou.

A representante do movimento Todos pela Educação,

Alejandra Meraz Velasco, lembrou que não basta garantir mais recursos para educação. É necessária também, segundo ela, uma distribuição mais justa do dinheiro. Para Alejandra, o incremento de recursos não pode ser feito sem o apoio técnico aos municípios com o objetivo de aumentar a eficiência dos gastos.

— É muito importante que sejam estimulados programas que possam ajudar os municípios a executarem melhor os gastos — defendeu.

Mudanças

Entre as mudanças que precisam ser implementadas no sistema educacional, Cristovam ressaltou a necessidade de uma carreira nacional do magistério que permita a melhoria dos salários, a dedicação exclusiva do professor, o fim da estabilidade plena desse profissional, a educação de tempo integral e a melhoria

da infraestrutura das escolas com métodos de aprendizado mais eficientes do que o quadro-negro.

Alejandra Velasco ressaltou que a carreira de professor não é atrativa, já que o rendimento desses profissionais representa 51,7% da média de profissionais com educação superior.

Pisa

O representante da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, Idevaldo Bodião, criticou o apego, nas análises que envolvem o tema, a dados de indicadores da educação, como o Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (Pisa).

Segundo ele, o programa avalia apenas conteúdos operacionais para o mercado de trabalho (matemática, leitura e ciências) e não considera a educação mais ampla do que a apropriação desses conteúdos.



Cristovam Buarque (C) preside audiência com Idevaldo Bodião e Alejandra Velasco



Gersonilto, Tabosa, Lídice, Alexandre Reis, Célia Corsino e Reginaldo Costa

Projeto que reconhece capoeira como profissão é questionado

Audiência na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) revelou divergências em relação a projeto que reconhece a prática da capoeira como profissão e o capoeirista como atleta profissional. Para a maioria dos convidados, a proposta (PLC 31/2009) reduz uma prática cultural complexa a um esporte e impõe um modelo de organização que pode trazer a exclusão de mestres formados na tradição, por reconhecimento dos praticantes.

Segundo eles, a regulamentação só será legítima se reconhecer a capoeira como atividade multidimensional — luta, dança e arte — e fator de socialização, criação de identidade e transmissão de memória ancestral. O debate foi sugerido por Inácio Arruda (PCdoB-CE) e Lídice da Mata (PSB-BA). A senadora é a relatora do projeto na CE.

Pelo sistema sugerido pelo projeto, todos os mestres de capoeira deverão ser filiados e homologados por um conselho, criticou o educador Reginaldo Costa, conhecido como mestre Squisito. Para Hélio Tabosa, a principal

desconfiança é quanto aos recursos que o PLC 31/2009 destina à atividade (o equivalente a 2% da arrecadação das loterias) e que tendem a ser atribuídos à atual federação.

— Essa instituição passa a ser a única a ter direito a esses recursos — afirmou.

A diretora do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), Célia Corsino, explicou que, com o reconhecimento da capoeira como patrimônio cultural imaterial do Brasil, em 2008, a roda de capoeira e o ofício de mestre foram inscritos no Registro dos Saberes. O Iphan participa de comitê pelo reconhecimento da roda, pela Unesco, como bem imaterial da humanidade.

Já o presidente da Confederação Brasileira de Capoeira (CBC), Gersonilto Heleno, considera que a institucionalização da profissão poderá solucionar o problema da proteção previdenciária, afastar falsos mestres de capoeira e fortalecer os campeonatos e a criação de ranking nacional para a concessão da bolsa-esporte aos capoeiristas.

Jorge Viana lamenta linchamento no Guarujá

Jorge Viana (PT-AC) lamentou, ontem, o linchamento de Fabiane Maria de Jesus, de 33 anos, no Guarujá, no litoral paulista. Ele condenou a violência contra a dona de casa, no que classificou de “um dos crimes mais bárbaros do país, pela brutalidade e covardia”.

Fabiane foi espancada até a morte por populares, no último sábado, depois de ser confundida com uma mulher suspeita de raptar crianças para rituais de magia negra. A notícia foi divulgada na internet.

Na opinião de Jorge Viana, a sociedade está embrutecida. Ele lembrou a onda de assassinatos que tomou conta de seu estado, o Acre, nos anos 90, quando era comum a prática da justiça com as próprias mãos.

O senador condenou ainda a reprodução, na mídia, de informações não confirmadas e comparou os boatos da internet a uma arma.

Ana Amélia critica banalização da violência

Ana Amélia (PP-RS) chamou a atenção para o que classificou de estado de barbárie em que se encontra o Brasil, com a banalização da violência que resulta em mortes estúpidas.

Ela citou como exemplo o assassinato do menino gaúcho de 11 anos Bernardo Boldrini pela madastra; do torcedor pernambucano Paulo Ricardo Gomes, morto após ser alvo de um vaso sanitário atirado por torcedores no Estádio do Arruda, no Recife; e da dona de casa Fabiane Maria de Jesus, linchada e morta no Guarujá, litoral de São Paulo, ao ser confundida com uma mulher que fazia magia negra com crianças.

— Por isso, em nome de todas essas vítimas, eu uso hoje essa tribuna para cobrar respeito às instituições democráticas. O Brasil precisa resgatar as bases que sustentam uma democracia desenvolvida e livre, com respeito à dignidade humana — afirmou a senadora.

Inácio chama a atenção para a segurança pública

Inácio Arruda (PCdoB-CE) pediu atenção à questão da segurança pública e cobrou empenho na expansão da rede de educação como forma de enfrentamento das organizações criminosas. Ele citou os recentes investimentos do governo federal na educação superior no Ceará como exemplos a serem seguidos no esforço de levar ensino de qualidade ao interior do país e à periferia das grandes cidades.

— O crime organizado tem quem o proteja em todos os meios e não há maneira mais adequada de quebrá-lo do que preparar bem a população do nosso país — afirmou o senador.

Inácio Arruda também mencionou os problemas de abastecimento de água em São Paulo, situação que atribuiu à desorganização administrativa e à estiagem. Ele elogiou editorial do jornal *Diário do Nordeste*, de Fortaleza, sobre obras para abastecimento de água.

Lúcia Vânia quer melhorar acolhimento a menores

A senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) destacou, em pronunciamento ontem, dois projetos de autoria dela para melhorar as condições de acolhimento de menores infratores.

Um dos projetos insere três novos artigos no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) para regulamentar a responsabilização civil, penal e administrativa dos agentes públicos que deixarem de adotar as medidas previstas na legislação.

A segunda proposta estabelece que a ampliação da capacidade das unidades de atendimento socioeducativo seja efetivamente adequada às necessidades dos menores, com a disponibilização de profissionais competentes e preparados para atuar no acolhimento.

— De nada adianta decretarmos a redução da maioridade penal, não adianta condenarmos à prisão os menores em conflito com a lei, pois os teremos de volta ao crime se não criarmos um ambiente favorável à sua reintegração à sociedade de forma produtiva, responsável e duradoura — afirmou.



Waldemir Barreto/Agência Senado



Waldemir Barreto/Agência Senado



Waldemir Barreto/Agência Senado

Grupo de parlamentares da Comissão de Direitos Humanos foi ao Rio acompanhar as investigações sobre a morte do coronel Paulo Malhões, que havia confessado crimes de tortura durante a ditadura militar

A senadores, caseiro nega ter parte na morte de coronel

A COMISSÃO DE Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) informou ontem que o caseiro Rogério Pires, suspeito de ter participado da morte do coronel reformado do Exército Paulo Malhões, negou envolvimento no crime. Na versão da polícia civil, o caseiro confessou a participação no latrocínio (roubo seguido de morte), no sítio do coronel, na Baixada Fluminense.

— Ele não confessou o crime, disse que não participou de nada, não sabia de nada, enfim, não confirmou a participação dele em momento algum — disse à imprensa a presidente da comissão, senadora Ana Rita (PT-ES).

Ela conversou com o caseiro Rogério na Divisão Antissequestro do Rio, acompanhada dos senadores João Capiberibe (PSB-AP) e Randolfe Rodrigues (PSOL-AP), também membros da CDH.

Segundo Ana Rita, o caseiro, que é analfabeto, foi ouvido pela polícia civil sem a presença de um advogado.

— Nos estranhou muito uma pessoa como ele, que não sabe ler, não sabe escrever, não tem nenhuma escolarização, ter prestado depoimento sem um advogado. Isso é muito estranho.

A senadora disse que Rogério não apresenta marcas de tortura e negou ter sido pressionado a prestar o depoimento à Divisão de Homicídios



João Capiberibe, Randolfe Rodrigues, Wadih Damous e Ana Rita durante diligência

da Baixada Fluminense.

— Isto foi perguntado expressamente: se ele, em algum momento, admitiu ter participado do assalto e do assassinato do coronel. Ele negou peremptoriamente. Disse que em nenhum momento admitiu isso [o crime] — acrescentou o presidente da Comissão da Verdade do Rio, Wadih Damous, que acompanhou a visita oficial da comitiva do Senado à delegacia.

O caseiro também contou à comitiva que não sabia da participação dos irmãos dele no crime. Segundo Rogério, que ficou amarrado com a esposa do coronel durante o episódio no sítio, ele identificou os parentes por uma tatuagem, já que dois envolvidos usavam capuz. Ele também revelou que um dos envolvidos falava ao telefone no momento da ação, o que, na avaliação de João Capiberibe, pode ser um

sinal da participação de mais pessoas.

Para o senador Randolfe, as declarações do caseiro levantam suspeitas sobre a possibilidade de execução do coronel Malhões.

— Essa é uma das hipóteses com que estamos trabalhando — disse.

O coronel Malhões tinha confessado à Comissão da Verdade do Rio de Janeiro ter participado ativamente de tortura de presos políticos durante a ditadura militar e deu detalhes sobre a prática.

A Comissão de Direitos Humanos disse que solicitará imediatamente auxílio jurídico para o caseiro, por meio da Defensoria Pública, além de proteção à família dele. A comitiva do Senado se reuniu ainda com o chefe da Polícia Civil do Rio, Fernando Veloso, para tratar do caso.

(Da Agência Brasil)

Eduardo Suplicy homenageia dom Tomás Balduino

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) apresentou voto de pesar pelo falecimento de dom Tomás Balduino, bispo emérito da cidade de Goiás e fundador da Comissão Pastoral da Terra (CPT), aos 91 anos de idade, na sexta-feira. O parlamentar também solicitou a apresentação de condolências aos familiares, à Comissão Pastoral da Terra, ao Conselho Indigenista

Missionário (Cimi), à Ordem dos Pregadores, à Arquidiocese de Goiânia e à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).

Suplicy homenageou dom Tomás, lembrando a trajetória religiosa e o trabalho que o bispo desenvolveu na defesa dos direitos humanos,



Waldemar Buratto/Agência Senado

especialmente junto aos povos indígenas e aos trabalhadores sem-terra.

A preocupação permanente de dom Tomás com os mais pobres e com a questão da terra, mesmo com a saúde debilitada e internado no hospital, foi destacada pelo parlamentar.

Após questionamento, Plenário aprova novo diretor da ANS

O Senado aprovou ontem, por 39 votos a 12, a indicação de José Carlos de Souza Abrahão (foto) para cargo de direção na Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), instituição que atua na regulação dos planos de saúde. Um dos votos contrários, o senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) lembrou que o indicado foi presidente da Confederação Nacional de Saúde (CNS), entidade que representa os estabelecimentos privados de saúde no país.

Randolfe citou artigo publicado em 2010 no jornal *Folha de S.Paulo* em que Abrahão alega a inconstitucionalidade do ressarcimento dos planos de saúde ao Sistema Único de Saúde (SUS). Esse tipo de

recurso, segundo o senador, é julgado pela ANS.

Relator da indicação na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), o senador Humberto Costa (PT-PE) defendeu a aprovação. Para ele, o indicado preenche todos os requisitos para ocupar o cargo. Além disso, sempre teria demonstrado ser um

parceiro do SUS, tendo ajudado na discussão de propostas e projetos para melhorar a qualidade da assistência.

Humberto afirmou que não cabe restrição ao indicado por ter trabalhado em uma área regulada pela agência, já que não há impedimento legal. Ele sugeriu que, se for o caso, o Senado discuta a imposição dessa limitação.



José Cruz/Agência Senado

Senado autoriza recondução de Jaime Oliveira à direção da Anvisa

O Plenário do Senado aprovou ontem, por 41 votos a 9, a recondução de Jaime César de Moura Oliveira para o cargo de diretor na Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). A agência reguladora tem como uma das atribuições o registro de novos medicamentos no país.

Jaime Cesar Oliveira é advogado e tem dois mestrados, nas áreas de bioética e saúde pública. Ele está na agência desde 2011, onde é responsável pela Diretoria de Coordenação e Articulação do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária, acumulando ainda a Diretoria de Controle e Monitoramento Sanitário.



José Cruz/Agência Senado

Mozarildo propõe criação do Estatuto da Carreira Médica

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) fez um apelo ao Executivo e ao Legislativo para que trabalhem em conjunto pela melhoria da saúde no Brasil. O senador

legislação precisa garantir dignidade aos médicos, com uma carreira de Estado e investimentos na qualificação dos profissionais.

— Será uma espécie de mutirão para que nós possamos ter uma lei que represente os anseios da população, os anseios da classe médica e os anseios do governo federal — disse.



Marcos Oliveira/Agência Senado

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros

Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana

Segundo-vice-presidente: Romero Jucá

Primeiro-secretário: Flexa Ribeiro

Segunda-secretária: Ângela Portela

Terceiro-secretário: Ciro Nogueira

Quarto-secretário: João Vicente Claudino

Suplentes de secretário:

Magno Malta, Jayme Campos,

João Durval, Casildo Maldaner

Diretor-geral: Helder Rebouças

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Davi Emerich

Diretor-adjunto: Flávio de Mattos

Diretor de Jornalismo: Eduardo Leão

AGÊNCIA SENADO

Coordenador: Marco Antonio Reis (61) 3303-3327

Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Sheyla Assunção

Edição: Ester Monteiro, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia

Site: www.senado.leg.br/noticias

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Coordenador: Flávio Faria (61) 3303-3333

Editor-chefe: Sílvio Burle

Editores: André Falcão, Juliana Steck, Marcio Maturana e Thâmara Brasil

Diagramação: Ronaldo Alves e Sandro Alex

Revisão: Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão

Coordenação de fotografia: Paula Cinquetti

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Presidente, governadores e prefeitos poderão responder por desvio no SUS

Projeto aprovado estabelece que governantes serão gestores solidários da rede pública de saúde. Objetivo é melhor qualidade dos serviços

FOI APROVADO PELA Comissão de Assuntos Sociais (CAS), em decisão terminativa (sem necessidade de ir ao Plenário), um projeto que torna o presidente, os governadores e os prefeitos gestores solidários do Sistema Único de Saúde (SUS), ao lado dos diretores do sistema. O texto (PLS 174/2011) explicita as responsabilidades dos gestores solidários e estabelece instrumentos legais para identificar responsáveis por descumprimento de obrigações e aplicar sanções.

— Estamos tentando transpor para a política de saúde aquilo que a Lei de Responsabilidade Fiscal conseguiu, com muito sucesso, fazer com as contas públicas — disse o autor da proposta, Humberto Costa (PT-PE).

Ele explicou que, quando um município deixa de cumprir responsabilidades, a única punição é a suspensão do repasse de dinheiro para a cidade.

— Quem é prejudicado? É o prefeito? É o secretário? Não. É a população — afirmou.

Para o cumprimento das responsabilidades, poderão ser estabelecidos pactos federativos para possibilitar a gestão cooperativa do SUS, firmados por comissões intergestoras tripartites, no âmbito nacional, ou bipartites, no estadual.

— Os acordos que são feitos hoje, e que têm um aspecto me-

ramente informal, passam a ter força de contrato — explicou.

Como exemplo, o senador disse que uma meta de redução de mortalidade infantil deixará de ser “mera intenção e passará a ser um contrato que terá que ser cumprido”.

Para permitir a correção do descumprimento de obrigações, o projeto prevê a celebração de termos de ajuste de conduta sanitária, instrumento a ser pactuado entre os entes para realização, por exemplo, de ações planejadas que deixaram de ser executadas.

Devem constar do termo de ajuste ações e metas a serem atingidas, cabendo ao Ministério da Saúde o acompanhamento da aplicação desse instrumento.

O projeto prevê que os recursos do SUS serão depositados

em fundos em cada esfera de governo, cuja movimentação será divulgada à população por meio de relatórios na internet.

O projeto relaciona como crimes de responsabilidade sanitária, entre outros, deixar de prestar de forma satisfatória os serviços básicos de saúde previstos na Constituição, a transferência de recursos para conta diferente da destinada pelo fundo de saúde e a aplicação dos recursos em atividades não previstas no planejamento do SUS, exceto em situação de emergência ou calamidade.

Também será crime prestar informações falsas no relatório de gestão, dificultar a atuação de órgãos de fiscalização e alterar informações corretas nos bancos de dados do sistema. Essas condutas passam a ser crimes de responsabilidade.

Também estão previstas no texto infrações administrativas, como deixar de estruturar o componente do Sistema Nacional de Auditoria no município ou no estado, não atualizar o Sistema de Informação de Saúde ou impedir o acesso público a informações administrativas e financeiras.

Como sanção, estão previstas advertências e multas que variam de 10 a 50 salários mínimos.

— As penas são compatíveis com o que prevê a Lei de Responsabilidade Fiscal, não estamos sendo mais duros ou menos duros — afirmou Humberto.

O relator, Wellington Dias (PT-PI), recomendou a aprovação do projeto. Se não for apresentado recurso, a matéria vai para a Câmara dos Deputados.



Casildo preside sessão da CAS que aprovou proposta que responsabiliza gestores da saúde por descumprimento de obrigações

Projeto desonera remédio vendido com receita

A redução de encargos do PIS-Pasep e da Cofins a medicamentos vendidos sob prescrição médica foi aprovado ontem na Comissão de Assuntos Sociais (CAS). Atualmente, o regime especial de crédito presumido se limita a remédios relacionados pelo Poder Executivo. O projeto (PLS 43/2014), de Vital do

Rêgo (PMDB-PB), segue para votação na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Vital argumenta que o incentivo tributário em vigor restringe a redução de preços a poucos remédios. Além disso, ele afirma que a lista de medicamentos está desatualizada, não contemplando produtos mais utilizados hoje.

O relator, Paulo Paim (PT-RS), apontou o impacto positivo no orçamento familiar.

— A maior proporção dos gastos com saúde se refere a medicamentos, fatia que aumenta quanto menor é a renda familiar. A iniciativa pode contribuir para um alívio no orçamento de muitas famílias em nosso país — disse.

Também estava na pauta o PLS 305/2012, que dá incentivo tributário a empresas que contribuírem para a capacitação profissional de jovens que vivem em abrigos ou casas de reabilitação. A proposição foi discutida, mas, para atender a pedido de vista coletiva, a votação foi transferida para a próxima semana.

Proposta dá prioridade ao transporte de órgãos

Projeto aprovado ontem na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) torna obrigatória a reserva de vaga e espaço, nos meios de transporte de pessoas e cargas, para o traslado de órgãos, tecidos e partes do corpo humano para fins de transplante. A proposta (PLS 39/2014), de Vital do Rêgo (PMDB-PB), também criminaliza a recusa injustificada ao transporte, bem como a conduta de deixar de reservar a vaga ou o espaço necessários.

Pelo texto, deverá ser reser-

vado espaço adequado para a acomodação do material, conforme normas sanitárias previstas em regulamento, assim como uma vaga de passageiro para integrante da equipe de captação e distribuição de órgãos que acompanhará o transporte do material.

A prioridade deverá ser atendida pelos órgãos públicos civis, as instituições militares e as empresas públicas ou privadas que operem ou utilizem veículos de transporte de pessoas e cargas, por via

terrestre, aérea ou aquática.

Todos ficarão sujeitos a multas no caso de ocorrência das condutas criminalizadas, bem como a sanções administrativas já previstas em lei se o transporte for feito em desacordo com as normas sanitárias (advertência, interdição ou multa).

Vital do Rêgo observou que um dos desafios enfrentados pelo Sistema Nacional de Transplantes é o transporte de órgãos, tecidos ou partes do corpo captados em cidade

diferente daquela onde será realizado o procedimento.

O relator da proposta, Waldemir Moka (PMDB-MS), reconhece a importância.

“Obviamente, o direito à vida prevalece sobre o direito de exploração da atividade de transporte, de modo que o regramento proposto é verdadeiramente essencial para garantir o tratamento”, argumenta na análise.

O texto será examinado pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS) em decisão terminativa.



Falta de profissionais prejudica os mais pobres, adverte senador

Paulo Davim quer criação de carreira de médico do Estado

Paulo Davim (PV-RN) defendeu ontem a rápida votação, pelo Senado, de proposta de emenda à Constituição que cria a carreira de médico do Estado, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).

Ele acredita que a aprovação da proposta pode ajudar a conter um problema sério na saúde brasileira: a saída de profissionais do sistema público.

O senador advertiu que a evasão de profissionais prejudica a população mais pobre, que precisa do serviço:

— Já que contamos com a aquiescência do Ministério da Saúde para que aproveitamos essa matéria, ou pelo menos que a coloquemos em votação, o que não pode é dormir, como ela está dormitando, nas gavetas do Senado — disse Davim.

Wellington Dias saúda centro de reabilitação

Wellington Dias (PT-PI) comemorou, na terça-feira, os 6 anos do Centro Integrado de Reabilitação, que trata de crianças e adultos portadores de deficiência em Teresina.

O senador informou que o centro é uma organização mista financiada com recursos dos governos federal e estadual e doações. Quando surgiu, explicou, a instituição atendia 148 pacientes por mês, com tratamentos de fisioterapia, hidroterapia e equoterapia, entre outros. Atualmente, o centro atende 1,5 mil pacientes mensalmente e faz mais de 32 mil procedimentos anuais.

Wellington também apresentou voto de congratulação pelos 100 anos da organização da Igreja Batista de Floriano e pelo trabalho dos integrantes da instituição.



Senador registrou que 1,5 mil pacientes são atendidos por mês

União poderá assumir servidores dos ex-territórios Amapá e Roraima

Proposta aprovada ontem na Comissão de Constituição e Justiça segue agora para dois turnos de votação no Plenário do Senado

A EXEMPLO DO que ocorreu em Rondônia, servidores e policiais militares admitidos durante a transformação dos ex-territórios Amapá e Roraima em estados poderão integrar o quadro funcional do governo federal e ter salários e aposentadorias pagos pela União. O benefício consta de proposta de emenda à Constituição (PEC 11/2014) aprovada ontem por unanimidade na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

Segundo o relator, José Sarney (PMDB-AP), a PEC pretende delegar à União a responsabilidade pelo pagamento dos servidores e PMs admitidos até a posse dos primeiros governadores eleitos nos dois estados. No relatório, ele afirma que a proposta alivia os novos estados de obrigações financeiras originadas quando eles, em um período de transição, ainda não tinham total autonomia. A PEC dá prazo de 180 dias para que a União regulamente o enquadramento, garantindo aos servidores direitos, vantagens e padrões remuneratórios.

Romero Jucá (PMDB-RR) fez um histórico da tramitação da PEC, resultado da junção de três propostas, uma das quais a PEC 516, de autoria dele. As outras são da deputada Dalva Figueiredo (PT-AP) e do deputado Sebastião Bala Rocha (SD-AP). A proposta resultante foi negociada pelo deputado Luciano Castro (PR-RR).

— Essa proposta foi aprovada na Câmara após uma luta muito grande, é importante que se diga isso, e um trabalho de articulação. Votamos o primeiro turno. Para votar o segundo turno, demorou mais um ano, até que a liderança



Sarney (C) recomendou a aprovação da proposta na votação conduzida por Vital do Rêgo (E), com apoio de Anibal Diniz

do governo e alguns partidos entendessem a importância desse projeto. Mas votamos e tivemos vitória na Câmara — contou o senador.

Jucá lembrou que chegou a solicitar a relatoria da PEC, mas entendeu que era fundamental passar a tarefa a Sarney, “por uma questão de justiça e de reconhecimento de sua história”, já que o ex-presidente da República e do Senado foi quem pavimentou o caminho para a proposta e para a anterior, que beneficiou os servidores de Rondônia.

Governo Sarney

Durante o mandato presidencial de Sarney, de 1985 a 1989, quando Jucá era governador do território de Roraima, o ex-presidente aprovou um parecer que permitiu o enquadramento como funcionários federais de milhares de servidores do Amapá e de Roraima, mas os governos seguintes não deram conti-

nuidade ao enquadramento, o que levou à necessidade da emenda à Constituição.

— Hoje muitos dos que criticaram estão aparecendo na foto da vitória. Isso é importante. Todos são bem-vindos, mas vale ressaltar que essa luta é antiga, e a relatoria de Sarney engrandece essa votação — disse Jucá.

Bancários

O senador também afirmou que vê na PEC a possibilidade de os funcionários do Banco de Roraima serem enquadrados na mesma situação.

— Vamos lutar para que eles sejam enquadrados, porque foram funcionários federais, atuaram pela União até 1993, que é o prazo de enquadramento dos servidores que atuaram na transição do estado — defendeu Jucá.

Durante a fase de debates, José Pimentel (PT-CE), Humberto Costa (PT-PE), Mozarildo Cavalcanti (PTB-

RR) e Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) destacaram a união das bancadas do Amapá e de Roraima e afirmaram que a proposta de emenda à Constituição repara uma injustiça histórica. Ângela Portela (PT-RR) lembrou que o impacto da medida para os cofres da União será de R\$ 580 milhões por ano, menor do que o inicialmente previsto, de R\$ 1 bilhão.

— Essa PEC não causará grande impacto orçamentário nas contas da União. Houve grande debate sobre isso e os parlamentares conseguiram mostrar ao governo que os custos serão, na verdade, a metade do previsto — explicou.

A PEC será submetida a dois turnos de votação no Plenário do Senado, em calendário especial de tramitação aprovado ontem pela CCJ. Como já passou pela Câmara, a proposta estará pronta para ser promulgada se for aprovada pelos senadores sem modificações.

Jucá celebra enquadramento de funcionários pela União

A aprovação, na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), de proposta de emenda à Constituição (PEC 11/2014) que determina que os servidores dos ex-territórios do Amapá e de Roraima farão parte dos quadros do serviço público federal foi comemorada pelo senador Romero Jucá (PMDB-RR) ontem, em Plenário, .

O senador José Sarney (PMDB-AP) foi o relator da proposta, pois, segundo lembrou Jucá, o processo de enquadramento desses servidores teve início no governo de Sarney, tendo

sido interrompido em 1990, quando ele deixou a Presidência da República.

Jucá comunicou que, já na próxima semana, a proposta de emenda constitucional será votada pelo Plenário do Senado.

— Esta é uma matéria extremamente importante, de uma relevância social muito grande, de uma justiça muito grande e, sem dúvida nenhuma, de importância econômica e social para o estado de Roraima e para o estado do Amapá — comemorou o senador.

Para Mozarildo, aprovação do benefício corrige injustiça

O senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) apoiou a aprovação da proposta de emenda à Constituição que beneficia servidores dos antigos territórios do Amapá e Roraima, ocorrida ontem, na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

Pela proposta (PEC 11/2014), que vai agora a votação no Plenário, servidores e policiais militares admitidos durante a transformação desses ex-territórios em estados passarão a integrar o quadro de pessoal em extinção do governo federal e terão os salários e

aposentadorias também pagos pelo governo federal.

— Hoje, os funcionários daquele tempo que ainda estão vivos podem sentir que a coisa está muito próxima, porque aprovamos a matéria por unanimidade [na comissão]. E eu não tenho dúvida de que aqui também vamos aprová-la rapidamente. Com isso, teremos, em breve, corrigida essa falha, essa injustiça que ainda existia com relação aos ex-territórios do Amapá e de Roraima — afirmou Mozarildo em discurso ontem no Plenário.

PEC dos Soldados da Borracha será promulgada no dia 14

O presidente do Senado, Renan Calheiros, marcou para o dia 14 de maio, às 12h, a sessão do Congresso Nacional para a promulgação da PEC dos Soldados da Borracha. A proposta, aprovada no final de abril, prevê o pagamento de um benefício único de R\$ 25 mil aos brasileiros que foram para a Amazônia, durante a 2ª Guerra Mundial, para trabalhar na extração da seringa. Essas pessoas já têm direito a uma pensão vitalícia de dois salários mínimos.

A definição de uma data para a promulgação da PEC 61/2013 atende pedido de representantes da Região Norte. Anibal Diniz (PT-AC) considerou importante o benefício para os soldados da borracha ainda vivos.

— Esse é um pleito que atende simultaneamente a toda bancada da Amazônia — disse Anibal.

Eduardo Braga (PMDB-AM) lembrou que quatro soldados da borracha morreram na semana passada.

— Já estão com mais de 80 anos. Alguns até com mais de 90 anos, com uma saúde frágil — afirmou.

Atraso em votação de projeto prejudica pescadores, diz Paim

Paulo Paim (PT-RS) lamentou o recurso apresentado por um grupo de senadores para que projeto de autoria dele — que garante aposentadoria especial a pescadores e trabalhadores de atividades afins a partir dos 25 anos de contribuição previdenciária — seja analisado pelo Plenário do Senado.

O PLS 150/2013 havia sido aprovado na Comissão de Assuntos Sociais (CAS) em abril, em caráter terminativo, e poderia, assim, ter ido para a Câmara.

Paim disse que impedir que a votação da proposta ocorra mais rapidamente no Congresso prejudica milhares de trabalhadores.

— Os pescadores não mereciam isso. Uma categoria sofrida, que luta todos os dias por melhores condições de vida.

O senador também relatou que o músico Dante Ramon Ledesma, nascido na Argentina e naturalizado brasileiro, sofreu um acidente vascular cerebral e está internado em Porto Alegre. Paim disse que está na torcida pela rápida recuperação do artista, que, afirmou, participou de várias de suas campanhas políticas.



Waldemir Barreto/Agência Senado



Waldemir Barreto/Agência Senado

Jayme Campos apoia reformas nas eleições dos tribunais

Jayme Campos (DEM-MT), em pronunciamento na terça, manifestou apoio à demanda da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB) pela inclusão dos juízes de primeiro grau nas eleições para a presidência dos tribunais de Justiça. Ele associou a regra atual, segundo a qual somente desembargadores podem votar e ser votados, à imposição da Lei Orgânica da Magistratura pelo regime militar. Na avaliação dele, não faz sentido considerar que os juízes não tenham o discernimento necessário para escolher os presidentes dos tribunais aos quais estão subordinados.

— A participação do juiz de primeiro grau muito poderia contribuir para a construção de uma Justiça mais acessível — afirmou o senador.



Jayme critica regra atual, pela qual só desembargadores votam

Magno Malta quer debater segurança pública nas eleições

Magno Malta (PR-ES) afirmou na terça que o país precisa fazer um debate sobre segurança pública durante a campanha eleitoral para a Presidência da República. O senador já havia manifestado a intenção de ser candidato. O piso para os policiais militares e a diminuição da maioria penal são algumas das propostas que defende.

Para Malta, os adolescentes que cometerem crimes de natureza hedionda precisam ser considerados maiores de idade. Já os que cometem outros crimes devem ser ressocializados. A separação, explicou, é para que os jovens que cometem crimes leves não aprendam a cometer crimes graves.

— Dentro do sistema, esse que roubou o tênis vai ficar igual ao outro para não morrer — disse.



A redução da maioria penal é uma proposta defendida por Malta

Gratificação será equivalente a até um terço da remuneração mensal e vale também para membros do Ministério Público. Relator do projeto, que segue para votação em Plenário, diz que haverá economia



Relator da proposta, Eunício Oliveira debate o texto com Aloysio Nunes na reunião da Comissão de Constituição e Justiça

Juízes poderão ganhar mais por acúmulo de trabalho

JUÍZES FEDERAIS E membros do Ministério Público da União (MPU) poderão receber o pagamento de até 30% da remuneração mensal pela acumulação de cargos que ultrapassar três dias. O projeto (PLC 6/2014), aprovado ontem pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), segue agora para votação no Plenário.

A proposta relaciona situações em que a gratificação não será paga, como atuação conjunta de membros do MPU, atuação em regime de plantão e em cargos durante férias coletivas. Também ficam impedidos de recebê-la o vice-procurador-geral da República, o vice-procurador-geral eleitoral, o vice-procurador-geral do Trabalho, o vice-procurador-geral da Justiça Militar

e o vice-procurador-geral de Justiça pelo exercício de funções típicas dos respectivos procuradores-gerais.

Para o relator, Eunício Oliveira (PMDB-CE), o texto vai ao encontro dos princípios da transparência e da economia orçamentária e processual. No parecer, Eunício explica que os membros do MPU ocuparão cargos extras e serão remunerados com gratificação de até um terço do subsídio. Assim, diz ele, a medida reduz despesas e torna a máquina pública mais enxuta.

Despesas

Trinta dias após a entrada em vigor da futura lei, o procurador-geral da República — chefe do MPU — deverá regulamentar a aplicação. As

despesas serão cobertas pelos orçamentos do Ministério Público e do Poder Judiciário.

Na Câmara, uma emenda estendeu o benefício a toda a magistratura da União. O acréscimo é um dos fundamentos do voto em separado de Eduardo Suplicy (PT-SP) pela rejeição do projeto, que não foi aceito pela CCJ do Senado. Para o Suplicy, a Câmara poderia emendar o projeto do MPU, mas as mudanças deveriam ter pertinência com a proposta original, sob pena de contrariar a Constituição.

Segundo o senador, a organização da carreira do Judiciário é de competência exclusiva desse Poder. Portanto, não cabe ao Congresso tratar do assunto em uma lei de organização do MPU.

Vai a Plenário texto sobre porte de arma

Os guardas prisionais e portuários poderão ser autorizados a portar, fora de serviço, arma de fogo particular ou fornecida pela repartição. A concessão está prevista em projeto de lei (PLC 28/2014) que foi aprovado ontem pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

De iniciativa do governo, o texto dava apenas aos agentes e guardas prisionais o direito

de portar arma fora do serviço. Na Câmara, foi emendado para que os guardas portuários também fossem atendidos, sob o argumento de que desempenham atividade de segurança pública, em ambiente propício à criminalidade.

O relator na CCJ, Gim (PTB-DF), recomenda a aprovação da proposta. Segundo o senador, os agentes e guardas prisionais e os guardas portuários

estão sujeitos a risco constante, que extrapola os limites dos locais onde trabalham. A seu ver, a situação de perigo alcança as moradias e até mesmo os trajetos que fazem habitualmente fora do serviço.

O projeto agora vai para o Plenário. Se for aprovado sem emendas, irá para a sanção presidencial. Havendo modificações, deverá retornar para a Câmara.

PEC da Defensoria será votada na terça

O Senado aprovou um calendário especial de tramitação para duas propostas de emenda à Constituição (PECs), para que não passem pelos cinco turnos de discussão antes da votação em primeiro turno, marcada para a terça-feira.

As PECs tratam da exigência de defensores públicos em todas as comarcas (PEC 4/2014) e da transferência dos servidores dos ex-territórios do Amapá e de Roraima para a adminis-

tração federal (PEC 11/2014).

A PEC da Defensoria Pública fixa prazo de oito anos para a União e os estados dotem todas as comarcas de defensores públicos. O número deverá ser proporcional à demanda pelo serviço e à respectiva população. Durante oito anos, os defensores deverão trabalhar prioritariamente nas regiões com maiores índices de exclusão social e de grande concentração de habitantes.

A PEC 11/2014 tem como objetivo aplicar ao Amapá e a Roraima as medidas da Emenda Constitucional 60/2009, referente a Rondônia. A norma delegou à União a responsabilidade pelo pagamento dos servidores e PMs admitidos até a posse do primeiro governador eleito em Rondônia, em 1987.

A proposta dá 180 dias para que a União regulamente o enquadramento, garantindo os direitos aos servidores.

Ferraço pede votação em Plenário da PEC dos Recursos

Ricardo Ferraço (PMDB-ES) pediu ontem à Mesa do Senado que inclua na ordem do dia do Plenário a votação da proposta de emenda constitucional que limita a utilização de recursos judiciais como estratégia de protelação dos processos.

A chamada PEC dos Recursos, de iniciativa do senador, já foi aprovada pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) na forma de um substitutivo do relator, Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), e aguarda votação em Plenário.

Pelo texto, os órgãos colegiados de Justiça e os tribunais do júri poderão expedir de imediato o mandado de prisão, nos casos das ações penais, assim que as decisões condenatórias forem proferidas, independentemente dos recursos que ainda possam ser apresentados.



Ferraço propõe uma Justiça mais rápida, que diminua a impunidade

Casildo Maldaner sugere medidas para Justiça ser mais ágil

O Brasil precisa encontrar caminhos para tornar a Justiça melhor, mais eficiente e mais rápida. A advertência foi feita por Casildo Maldaner (PMDB-SC), que defende o incentivo à conciliação de conflitos e a redução de recursos, que adiam as decisões.

Segundo o senador, magistrados de todo o país reconhecem as deficiências da Justiça. Ele acredita que, para ter uma Justiça mais eficiente, o Brasil precisa reduzir o número de recursos que fazem um processo passar décadas tramitando. Também defende o incentivo à solução de conflitos por meio da conciliação e a modernização da gestão de processos.

— Não há democracia plena sem Justiça eficiente para todos — opinou Casildo.



Casildo vê na conciliação uma das saídas para resolver conflitos

Acordo com a Polônia fortalece combate ao crime

Tráfico de drogas e terrorismo são os principais alvos da cooperação aprovada ontem pelo Senado e que agora vai a promulgação. Haverá atividades conjuntas e capacitação de funcionários, com intercâmbio

O SENADO APROVOU ontem acordo de cooperação entre Brasil e Polônia com o objetivo de intensificar o combate ao crime organizado, em especial tráfico de drogas e terrorismo. O texto, já aprovado pela Câmara, segue para promulgação.

O Projeto de Decreto Legislativo (PDS) 395/2013 aprova texto assinado em 2006, em Brasília. Está previsto o desenvolvimento de atividades conjuntas nas áreas técnica e científica e na capacitação de funcionários, por meio de treinamentos e de intercâmbio de informações sobre o enfrentamento do crime.

Segundo o Itamaraty, haverá troca de experiências sobre os métodos das organizações criminosas transnacionais,

com estudos sobre criminalística e criminologia. O texto faculta aos dois países o direito de se recusar a prestar informações se considerar que isso afeta a soberania.

Para o relator da proposta na Comissão de Relações Exteriores (CRE), Pedro Taques

(PDT-MT), o crime organizado e o terrorismo devem ser preocupações de todos os países, que precisam fazer frente a novas ameaças. Segundo o senador, somente com a cooperação e a atuação conjunta será possível combater com eficácia esse tipo de crime.



Relator, Taques acredita que o terrorismo deve ser uma preocupação global

Sancionada norma que simplifica visto a estrangeiro

Com a sanção da Lei 12.968/2014, ocorrida ontem, agora só depende de regulamentação pelo Executivo a introdução de um procedimento pela internet para facilitar a solicitação e a emissão de visto de

turista a estrangeiros. Durante a discussão da matéria no Plenário do Senado, no início de abril, senadores consideraram a medida positiva para ampliar o turismo no país.

Além do procedimento sim-

plificado, a lei também permite a dispensa da exigência de visto de turista e de negócios, desde que haja reciprocidade para brasileiros, sem necessidade de celebração formal de acordo internacional.

Ministro participa hoje de debate sobre Mercosul

O ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Mauro Borges Lemos, participará na manhã de hoje, às 10h, de uma audiência pública no Senado sobre o Mercado Comum do Sul (Mercosul).

A audiência pública, mais especificamente, debaterá a agenda do bloco econômico “para o ano de 2014, tendo em vista a desafiadora conjuntura político-econômica apresentada”.

O evento, promovido pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), será interativo.

Os cidadãos poderão participar da discussão por meio da internet (veja quadro ao lado).



Mauro Borges Lemos vai falar a respeito da agenda do bloco para 2014

ACOMPANHE E PARTICIPE ÀS 10h	
▶ Portal e-Cidadania: www.senado.leg.br/ecidadania	▶ Alô Senado: www.senado.leg.br/alosenado
▶ Tempo real: http://bit.ly/mercosul2014EC	▶ Tempo real: http://bit.ly/mercosul2014AS
▶ Facebook: eCidadaniaSF	▶ Facebook: alosenado
▶ Twitter: @e_cidadania #CRESenado #Mercosul2014	▶ Twitter: @AloSenado
▶ TV: www.senado.leg.br/TV	▶ Alô Senado: 0800 612211
▶ Taquigrafia: http://bit.ly/ComissaoRelacoesExteriores	

Senado aprova indicação de embaixador para Santa Lúcia

O Senado aprovou ontem a indicação de Sergio Elias Couri para ocupar o cargo de embaixador do Brasil em Santa Lúcia, país das Pequenas Antilhas, no Caribe. Ele teve 46 votos favoráveis, 6 votos contrários e 1 abstenção.



Genálio Magela/Agência Senado

Couri ingressou no Instituto Rio Branco em 1968. O diplomata ocupou cargos

nas Divisões de Orçamento; Política Financeira; Europa Ocidental; e Europa Oriental do Itamaraty. Nas missões permanentes no exterior, destacam-se passagens pelo consulado-geral em Nova York, pelas embaixadas em Bogotá (Colômbia), Islamabad (Paquistão) e Vaticano e pelo consulado-geral em Montreal (Canadá).

Estudantes venezuelanos denunciam violência no país

A Comissão de Direitos Humanos (CDH) vai receber hoje estudantes da Venezuela para discutir a situação política do país. Gabriel Lugo, de 23 anos, Vicente D'arago, de 19, e Eusebio Costa, de 22, estiveram no Senado ontem para denunciar a violência usada pelo governo venezuelano contra manifestações populares.

O presidente do Senado, Renan Calheiros, recebeu os jovens ontem e disse que a Casa está comprometida em cooperar com o que for preciso. Os estudantes foram defendidos em Plenário por senadores que pediram ao ministro das Relações Exteriores, Luiz Alberto Figueiredo, proteção na volta ao país.

— Eles denunciam que do nosso país são enviadas armas que estão sendo utilizadas na repressão às manifestações populares — informou Alvaro Dias (PSDB-PR).

O senador pediu ao ministro que acione a embaixada do Brasil na Venezuela para receber os estudantes no aeroporto de Caracas, sábado.

— O governo brasileiro tem a obrigação de estender a mão ao povo venezuelano nesta hora tão difícil — disse Eduardo Amorim (PSC-SE).

Magno Malta (PR-ES) cobrou da Comissão de Relações Exteriores (CRE) que ouça os jovens. Eles contaram que mais de 250 mil pessoas morreram nos últimos 12 anos e que o país enfrenta escassez de alimentos. Malta e Paulo Paim (PT-RS) devem se reunir hoje com os jovens.

Inácio Arruda (PCdoB-CE) advertiu que o governo da Venezuela foi eleito de forma democrática e já teria sofrido tentativa de golpe apoiada pelos Estados Unidos.

— Alguns golpistas já vieram aqui fazer onda. É bom ter dimensão do que acontece.



Armas para repressão estão sendo enviadas do Brasil, segundo os estudantes

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros

Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana

Segundo-vice-presidente: Romero Jucá

Primeiro-secretário: Flexa Ribeiro

Segunda-secretária: Ângela Portella

Terceiro-secretário: Ciro Nogueira

Quarto-secretário: João Vicente Claudino

Suplentes de secretário:

Magno Malta, Jayme Campos, João Durval, Casildo Maldaner

Diretor-geral: Helder Rebouças

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Davi Emerich

Diretor-adjunto: Flávio de Mattos

Diretor de Jornalismo: Eduardo Leão

AGÊNCIA SENADO

Coordenador: Marco Antonio Reis (61) 3303-3327

Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Sheyla Assunção

Edição: Ester Monteiro, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia

Site: www.senado.leg.br/noticias

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Coordenador: Flávio Faria (61) 3303-3333

Editor-chefe: Sílvio Burle

Editores: André Falcão, Juliana Steck, Marcio Maturana e Thâmara Brasil

Diagramação: Ronaldo Alves e Sandro Alex

Revisão: Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão

Coordenação de fotografia: Paula Cinquetti

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

De acordo com a proposta, 20% das vagas oferecidas nos concursos para a administração federal serão reservadas para pessoas que se declararem negras ou pardas

Cota para negro em concurso público passa em comissão e vai para Plenário

A COMISSÃO DE Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou ontem, por unanimidade, o projeto de lei que reserva 20% das vagas oferecidas em concursos públicos federais a candidatos negros e pardos (PLC 29/2014).

A proposta, que agora vai para o Plenário do Senado em regime de urgência, foi apresentada pelo Poder Executivo e aplica a reserva de vagas a órgãos da administração pública federal, autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista controladas pela União.

A cota racial terá validade de dez anos. Para concorrer a essas vagas, os candidatos deverão se declarar negros ou pardos na inscrição do concurso. O projeto determina a adoção da cota racial sempre que o número de vagas for igual ou superior a três.

Punições

Punições estão previstas caso seja constatada falsidade na declaração do candidato. As penas vão da eliminação no concurso à anulação do processo de admissão ao serviço público.

Ao recomendar a aprovação do PLC 29/2014, o relator, Humberto Costa (PT-PE), destacou que os negros não estão representados no serviço público federal:



Senadores Paim e Aníbal recebem Giovanni Harvey, da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, na CCJ

— Estimativas do Ministério do Planejamento indicam que apenas 30% dos servidores públicos federais ativos são negros [pretos ou pardos], contrastando com os 50,7% de negros da população brasileira, conforme dados do Censo 2010. Em carreiras com maior remuneração, a desigualdade é ainda maior. Entre os diplomatas, apenas 5,9% são negros. No quadro de auditores da Receita, são 12,3% e na carreira de procurador da Fazenda Nacional, 14,2%.

Segundo o relator, a reserva de vagas no serviço público decorre do sucesso da adoção da política de cotas raciais nas universidades públicas:

— Verificou-se o ganho que a diversidade trouxe para a

produção do conhecimento. Constatou-se que, havendo oportunidade para todos, o mérito de cada um é semelhante, sendo os benefícios sociais inestimáveis.

Dívida histórica

Os senadores classificaram a proposta de “discriminação positiva”, para corrigir uma dívida histórica do país com a população afrodescendente.

Representantes da base governista elogiaram o empenho da presidente Dilma Rousseff para que o projeto fosse aprovado o mais rápido possível.

Houve também quem destacasse o fato de o regime de cota ser aplicado exclusivamente na fase classificatória do concurso público, o que

evidencia a necessidade de mérito do candidato.

José Sarney (PMDB-MA) se declarou pioneiro das iniciativas visando garantir vagas para negros em diversos setores da sociedade. Antes da votação, Aníbal Diniz (PT-AC) havia previsto a aprovação unânime do projeto.

Ana Rita (PT-ES) defendeu a sintonia da proposta com o que determina a Constituição.

Outros senadores que também se manifestaram em apoio ao projeto foram Pedro Simon (PMDB-RS) e Lindbergh Farias (PT-RJ).

Se o texto aprovado pela Câmara dos Deputados se mantiver inalterado no Plenário do Senado, será enviado logo em seguida para a sanção presidencial.

Renan promete votação rápida da proposta

O presidente do Senado, Renan Calheiros, recebeu ontem Paulo Paim (PT-RS) e o secretário-executivo da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, Giovanni Harvey, que pediram a imediata votação em Plenário do projeto que estabelece cota de 20% para negros no serviço público federal (PLC 29/2014). A matéria foi aprovada mais cedo, por unanimidade, na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

— A CCJ compreendeu que a promoção da igualdade racial é uma política de Estado, não uma política de governo. Isso fez com que a unanimidade das lideranças partidárias, inclusive da oposição, encaminhasse de forma favorável fazendo com que a matéria fosse aprovada — afirmou Harvey.

Renan lembrou que a política de igualdade racial deve ser um dos pilares da administração pública e afirmou que pretende colocar o PLC 29/2014 em votação o mais rapidamente possível. A matéria já passou pela Câmara dos Deputados e deve ser aprovada pelo Senado a tempo de ser sancionada pela presidente Dilma Rousseff no dia 13 de maio, aniversário da Abolição da Escravatura.

Trabalho das parteiras tradicionais será debatido no Quintas Femininas

A atuação das parteiras tradicionais em municípios distantes das áreas centrais será discutida hoje, às 10h, no Projeto Quintas Femininas, da Procuradoria da Mulher do Senado. O objetivo é recolher sugestões e encaminhar projetos de lei que melhorem a questão no país. A procuradora da Mulher do Senado, Vanessa Graziotin (PCdoB-AM), considera a discussão fundamental. No país, anualmente, são realizados 38 mil partos domiciliares, a maioria com parteiras tradicionais. A maior incidência ocorre em áreas afastadas nas Regiões Norte, Centro-Oeste e Nordeste e essas mulheres enfrentam inúmeras dificuldades. Os números podem ser ainda maiores, visto que muitas vezes os casos não são notificados e não constam no Sistema de Informação à Saúde do Ministério da Saúde. Por se tratar de uma questão de saúde pública e de saúde da mulher, o trabalho das parteiras tradicionais deve estar entre as preocupações dos gestores e profissionais de saúde.

Entre os palestrantes, estão a professora doutora da Universidade de Brasília (UnB) Silvéria Santos e a presidente da Rede Estadual das Parteiras do Amapá, Maria Luiza Dias.

Suplicy pede que não haja atos violentos na Copa do Mundo

Ao desejar sucesso aos jogadores convocados para a Copa do Mundo, Eduardo Suplicy (PT-SP) salientou o espírito de confraternização do futebol e conclamou os brasileiros a receberem bem os visitantes estrangeiros. Ele citou o exemplo do líder sul-africano Nelson Mandela, que usou o esporte no enfrentamento dos conflitos raciais.

O senador espera que a Copa se revele um bom investimento para o Brasil. Segundo as estatísticas que apresentou, o torneio tem potencial de acrescentar R\$ 30 bilhões ao produto interno bruto (PIB). Segundo Suplicy, isso compensará todo o investimento em infraestrutura.



Suplicy: acréscimo de R\$ 30 bi no PIB vai compensar investimento do país

— É importante que os benefícios da Copa do Mundo sejam efetiva e democraticamente espalhados para toda a população brasileira. Mas reitero quão importante será que não tenhamos quaisquer atos de violência, seja nos estádios, seja em qualquer lugar de nosso país.

Taques: lei antiterrorismo não pode impedir manifestações

Em pronunciamento ontem, Pedro Taques (PDT-MT) defendeu a criminalização do terrorismo, mas ressaltou que a medida não pode comprometer o direito constitucional de livre expressão do pensamento em manifestações públicas.

— Precisamos de um tipo penal para terrorismo, que não tem nada a ver com manifestações. As manifestações devem ser incentivadas, mas precisamos aumentar a pena de quem comete crime nas manifestações — explicou.

O senador é relator do projeto de lei de Armandinho Monteiro (PTB-PE) que altera o Código Penal para reprimir crimes ocorridos em manifestações ou concentração de pessoas. Ao projeto foi anexada uma proposta similar de Vital do Rêgo (PMDB-PB). As proposições serão examinadas hoje pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

Como forma de garantir tanto o livre direito de manifestação quanto a segurança dos cidadãos e dos patrimônios público e privado, Taques adiantou que o substitutivo que irá apresentar aumenta a pena dos responsáveis por atos de vandalismo ou atitudes que ofendam a integridade física da população.

Pedro Taques também cobrou debate sobre a violência praticada por policiais nas manifestações de rua. O senador disse que a lei que trata de abusos de autoridade precisa ser alterada para que se possa criminalizar uma “minoridade de policiais”.

ACOMPANHE E PARTICIPE ÀS 10h

Portal e-Cidadania:

www.senado.leg.br/ecidadania

▶ **Tempo real:** <http://bit.ly/parteirasEC>

▶ **Facebook:** eCidadaniaSF

▶ **Twitter:** @e_cidadania
#ProcuradoriaMulher #Parto #Parteiras

▶ **TV:** www.senado.leg.br/TV

▶ **Alô Senado:** 0800 612211

Renan solicita nomes para CPI mista exclusiva

Presidente do Senado decidiu pela instalação de investigação exclusiva de denúncias contra a Petrobras, aplicando determinação de ministra do STF sobre a CPI do Senado

O PRESIDENTE DO Congresso, Renan Calheiros, solicitou ontem às lideranças partidárias a indicação de membros para uma CPI mista que investigue apenas denúncias contra a Petrobras. Os líderes na Câmara e no Senado terão o prazo de cinco sessões. O impasse, no entanto, continua, já que há CPI semelhante a ser instalada no Senado. O prazo para a indicação, nesse caso, se esgota hoje.

Assim como já havia feito no Senado, Renan explicou que, como foram apresentados dois requerimentos de CPI mista, uma exclusiva da Petrobras e outra ampla, prevaleceria a última. A CPI ampla, que investigaria também o metrô de São Paulo e o Porto de Suape, em Pernambuco, é defendida pelo governo. Apesar de ser a favor da investigação ampla, Renan decidiu seguir, no Congresso, a decisão do STF para o caso do Senado, favorável à CPI exclusiva da Petrobras.

— O Regimento da Câmara diz que, havendo dois requerimentos, um mais amplo do

que o outro, o que tem que ser observado é o mais amplo, mas, com relação às investigações, eu segui a liminar da ministra Rosa Weber, que decidiu pela CPI exclusiva da Petrobras — explicou.

Mesmo seguindo a decisão liminar do Supremo, Renan informou que recorrerá à Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) para avaliar a interpretação. No caso do Senado, a CCJ já concordou com a CPI ampla. O recurso não tem efeito suspensivo, ou seja, não impede a criação da CPI até que seja decidido.

Novo impasse

O impasse, agora, gira em torno da preferência pela CPI restrita à Petrobras no Senado ou no Congresso. A oposição quer a comissão mista, com deputados e senadores, por acreditar que a base aliada na Câmara esteja menos coesa, o que, em tese, impulsionaria a investigação. Já o governo defende a instalação da CPI somente com senadores.

Após o encerramento da

sessão do Congresso, Renan afirmou que as duas CPIs serão instaladas e que caberá aos próprios colegiados decidir qual continuará funcionando.

— Nós já tivemos no Congresso várias CPIs que funcionaram concomitantemente. Elas que terão que decidir se funcionarão ou não. Não é o presidente. O presidente não pode dizer qual comissão deve funcionar.

Renan também confirmou que, caso os líderes não indiquem os integrantes que faltam na CPI do Senado, ele mesmo o fará, até terça-feira.

Renan informou que, em momento oportuno, responderá à questão de ordem do líder do PT no Senado, Humberto Costa (PE), sobre a coexistência de duas CPIs.

— Há violação aos princípios constitucionais da eficiência administrativa e da razoabilidade, haja vista que o STF já decidiu pela CPI exclusiva, no Senado, para investigação do objeto que, agora, a oposição pretende investigar em mais um foro — argumentou.



Anibal, Pimentel e Humberto entregam protocolo a secretário da Mesa do Senado

Pedido de comissão para apurar metrô de SP é lido no Congresso

O pedido apresentado pela base do governo de criação de uma CPI mista para investigar denúncias de irregularidade nos metrôs de São Paulo e do Distrito Federal foi lido na sessão de ontem do Congresso Nacional. Com isso, foi aberto prazo para que sejam acrescentadas ou retiradas assinaturas.

O requerimento tem a assinatura de 224 deputados e de 32 senadores. Os números mínimos são 171 e 27.

Se instalada, a CPI vai ser composta de 11 senadores e 11 deputados. O objetivo é investigar, em até 120 dias, as denúncias de formação de cartel, corrupção de autoridades, além de outros ilícitos nos contratos, licitações, execução de obras e manutenção das linhas de trens e metrôs no estado de São Paulo e no Distrito Federal.

O requerimento afirma que o “esquema de corrupção vem sendo apurado por várias instâncias e instituições, no Brasil e no exterior”.

O pedido foi protocolado na Mesa do Congresso Nacional pelos senadores do PT Humberto Costa, José Pimentel

(CE) e Anibal Diniz (AC).

— Temos compromisso de que todas as irregularidades de que tomamos conhecimento devemos investigar — disse Pimentel.

Para Aécio Neves (PSDB-MG), é direito da base governista pedir uma CPI para investigar as denúncias. O estado de São Paulo é governado pelo PSDB desde 1995.

— A CPI da Alstom é um direito deles. Não temos que temer nenhuma investigação. Se o PT estivesse realmente interessado nessa investigação, já teria feito anos atrás — afirmou Aécio, referindo-se a uma das empresas supostamente envolvidas na formação de cartel em São Paulo.

O líder do PSDB, Aloysio Nunes Ferreira (SP), afirmou que o pedido da CPI do metrô é apenas uma tentativa do PT de “lançar uma cortina de fumaça” sobre a CPI da Petrobras, que estaria incomodando o governo.

A formação de cartel, além de ilícito administrativo, é crime punível com até 5 anos de reclusão. É também crime contra a ordem econômica.



Renan Calheiros preside sessão do Congresso: as próprias CPIs devem decidir qual funcionará, se a mista ou a do Senado

Divergência entre governo e oposição continua

Depois da sessão do Congresso, permaneceu o impasse entre governo e oposição sobre se a CPI da Petrobras deve ser mista ou exclusiva do Senado.

Humberto Costa, defendendo a instalação imediata da comissão apenas no Senado, negou que uma CPI mista, formada também por deputados, seja mais democrática.

— No Senado, há possibilidade de realizar um debate mais sereno, com muito mais tranquilidade, uma investigação mais tranquila, sem a necessidade de aparecer que os deputados têm, com todo o respeito, até porque é um ano de eleição — disse.

Por sua vez, o líder do governo no Senado, Eduardo Braga (PMDB-AM), afirmou que a CPI é política. Para o senador, o objetivo da oposição

é apenas obter um palco.

— Em vez de estarmos discutindo crescimento, políticas e projetos para melhorar, fortalecer e avançar, o que queremos fazer é uma discussão política às vésperas da eleição — disse.

Na avaliação do líder do DEM, senador José Agripino (RN), os deputados federais têm o direito de participar. Para ele, o governo teme

perder o controle sobre os deputados da base.

Aécio Neves disse que as investigações sobre a Petrobras serão feitas de uma forma ou de outra.

— O governo perdeu essa batalha, bom para a sociedade brasileira. Agora fica a disputa: Senado ou Congresso. É mais razoável, na nossa avaliação, que seja o Congresso.



Aécio (E) e Agripino (D): opositor quer a participação de deputados

Senador diz que a investigação é “muito boa para a democracia”

Antes da sessão do Congresso, Renan Calheiros falou sobre a relevância da CPI no momento em que a Polícia Federal já investiga irregularidades na Petrobras.

— A CPI ajuda porque ela é sempre uma investigação sob a ótica do Legislativo, que representa a população. Então isso é muito bom para a democracia, amplia a transparência, dá resposta, acho que esse é o fundamental compromisso do Congresso.

Em relação às acusações de demora para decidir sobre a CPI, Renan disse que o que lhe resta como presidente do Senado é cumprir o regimento, que dá aos partidos prazo de cinco sessões — equivalente a cinco dias úteis — para indicarem os integrantes.

— É um prazo curtíssimo e, a partir desse prazo, o presidente tem três sessões, também um prazo curtíssimo, e estará obrigado a indicar os nomes dos partidos que não indicarem — explicou Renan.

O presidente do Senado disse esperar que o Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) decida no mérito a medida liminar concedida pela ministra Rosa Weber, a fim de pacificar uma jurisprudência sobre o assunto.

— Fundamental é que nós tenhamos uma decisão coletiva do Supremo para que essas coisas não aconteçam mais. Quero que o Supremo decida coletivamente para que nós tenhamos um rumo definitivo toda vez que se decidir essa questão aqui.